

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



A GUERRA

VOLUME 30, 2009

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

GUERRA COLONIAL - TEORIAS E PRÁTICAS DA CONTRA-SUBVERSÃO

Questões preliminares e metodológicas

A guerra colonial em que Portugal esteve envolvido de 1961 a 1974 nos teatros de operações de Angola, Guiné e Moçambique apresenta muitos dos aspectos comuns aos conflitos que as potências coloniais europeias enfrentaram após a II Guerra Mundial. Mas a natureza ditatorial do regime de Salazar, a visão muito singular do mundo e da história que o seu mentor impôs como referências identitárias e as características da sociedade portuguesa fizeram deste conflito um caso à parte no processo global da descolonização. É na conjugação das características comuns com as particulares que podemos encontrar as respostas para as opções decisivas que ao longo dos anos foram tomadas pelas autoridades portuguesas: a inicial opção pela guerra, a recusa de uma solução política e a persistência aparentemente suicida na ação militar.

O desafio colocado pela análise do conflito colonial português é o de tentarmos perceber quais foram os factores que permitiram à mais pequena e pobre potência europeia ser a última a sofrer a contestação anticolonial armada e a que mais tempo resistiu a um conflito que foi travado em três teatros de operações a longa distância da base metropolitana, com os inerentes custos e dificuldades.

* Coronel do Exército na Reserva.

** Coronel do Exército na Reforma. Investigador do Instituto de História Contemporânea.

Quanto às Forças Armadas Portuguesas, a ideia comumente difundida de que gozaram de uma ampla autonomia face ao poder político para se organizarem antes e durante o conflito e para planearem e executarem as suas acções merece ser questionada, pois a esfera política do poder foi determinante no modo de fazer a guerra e no seu desenrolar no terreno. A disparidade de soluções encontradas pelos comandos militares ao longo do tempo e por vezes no mesmo teatro de operações, como foi nítido em Moçambique na passagem do general Augusto dos Santos para Kaulza de Arriaga, em Angola com a substituição de Costa Gomes por Luz Cunha e na Guiné com a mudança imposta por Spínola à manobra convencional de Shultz, deve-se mais à incapacidade do Governo em estabelecer uma política de objectivos claros e coerentes para o problema colonial do que a uma verdadeira autonomia da acção militar. O contrário poderia conduzir, como ficou claro com os limites estabelecidos a Spínola na Guiné, a soluções políticas inaceitáveis pelo regime. Quando tal aconteceu, o regime, isto é a política, impuseram a sua lei, afastando os generais.

Conferência de Berlim e II Guerra Mundial - bases de explicação da guerra colonial portuguesa em África

Na partilha de África resultante da Conferência de Berlim (1884-1885), Portugal beneficiou da luta entre as grandes potências europeias para ser contemplado com os territórios que irão constituir o seu império colonial, mas as grandes colónias portuguesas de Angola e Moçambique serão no essencial um complemento do império britânico na disputa com a França e, principalmente, com a Alemanha, pois faziam fronteira com as colónias alemãs do Sudoeste Africano e do Tanganica, respectivamente.

Angola ainda terá uma ligação privilegiada com o Sudoeste Africano, que influenciará o tipo de colonização no sul e no centro, com base na agricultura trazida pelas comunidades *boers* que se instalaram na Fluíla e no planalto central, mas a partir do fim da I Guerra Mundial, os Ingleses, com base na África do Sul (colónia do Cabo), irão determinar o modelo de desenvolvimento de Angola, tal como fizeram em Moçambique.

O modelo de colonialismo inglês assentava na exploração de matérias-primas para exportação (minérios e produtos agrícolas para transformação industrial: algodão, açúcar, café, chá) através de grandes

companhias, o que exigia transportes do interior para o mar e originou as linhas de caminhos-de-ferro segundo os paralelos e as cidades portuárias no litoral. Em boa verdade, a imposição do modelo de colonialismo inglês foi decisiva para o modo como se desenrolou a guerra que teve início nos anos 60, pois determinou a relação das populações de origem europeia e os assimilados (elites locais) com o conflito e com a metrópole, e desta com as suas colónias. Não deixa de ser curioso que ainda tenha sido tentada, no início da década de 70, uma aliança político-militar entre as colónias portuguesas de Angola e Moçambique com as antigas colónias inglesas da África do Sul e da Rodésia, sob a designação de "Exercício Alcora".

Relação das populações locais com a guerra

Por força do modelo de desenvolvimento colonial de Angola e Moçambique, a maior parte dos colonos portugueses radicou-se no litoral para prestarem serviços às cidades portuárias e uma minoria instalou-se nos terrenos mais férteis do interior centro e do sul. Ora, quer em Angola quer em Moçambique, a guerra irá desenrolar-se inicialmente no norte de cada um dos territórios, em zonas inóspitas de reduzida presença de colonos europeus, com baixa densidade populacional de povos locais, com uma fraca malha administrativa e más infra-estruturas. Pese embora o sobressalto provocado em Angola pelos massacres iniciais de Março de 1961, a guerra será uma actividade relativamente estranha à população das colónias, que não a sentiram como um acontecimento decisivo para o seu futuro. Acresce que durante largos anos a guerra não afectou grandemente a actividade económica dos colonos, nalguns casos até a estimulou para suprir as necessidades dos militares e dos novos colonos recém-chegados. Nem nos aspectos humanos a guerra foi muito sentida, pois até aos anos 70 a situação de guerra poupava os colonos e os seus filhos, que eram chamados, quando necessário, a cumprir o serviço militar nas unidades locais, maioritariamente em zonas de retaguarda, ou de serviços, enquanto as unidades de combate vinham da metrópole.

Este alheamento dos colonos europeus tem razões que o justificam para além das habituais acusações de desinteresse e de egoísmo. É que, apesar da intensa propaganda do regime para associar os territórios

africanos que Portugal recebera na Conferência de Berlim ao imaginário império do período áureo das descobertas - de que a Exposição do Mundo Português foi uma exuberante encenação - quando a guerra começou Angola e Moçambique eram realidades recentes, ainda não tinham um século; os mais velhos colonos tinham chegado no início do século XX, após as campanhas de pacificação, e as vagas de novos colonos haviam chegado após a II Guerra Mundial e só se intensificaram nos anos 60. Não existiam, pois, fortes laços afectivos que levassem a maioria dos colonos portugueses a considerar aquelas terras como a sua terra. A mentalidade prevalecente era a do emigrante, a quem resta sempre a esperança do retorno à Pátria.

São estes factores que explicam em parte o comportamento distante dos colonos relativamente à guerra e ao futuro das colónias e ainda o facto de a descolonização, com a saída deles dos territórios, se ter processado sem grandes dramas afectivos, o que possibilitou a sua reintegração na sociedade portuguesa sem os traumas que marcaram a independência da Argélia, por exemplo.

A relação da metrópole com as suas colónias e o "colonialismo" à portuguesa

Pesem embora as especificidades das relações humanas estabelecidas nas colónias entre os colonos e os povos locais, que podem ser explicadas por causas culturais fruto de condições históricas, a última e mais evidente prova de que o colonialismo português foi, na sua essência, idêntico ao praticado pelas outras potências europeias pode ser encontrada no facto da guerra colonial ter sido um assunto eminentemente metropolitano.

O caminho para a radicalização das teorias do Estado unitário, do Minho a Timor, embora nunca concretizado, será percorrido progressivamente como resposta a necessidades de política interna: mobilização da população para contrariar o cansaço da guerra; garantia de futuro às populações das colónias, especialmente às de origem europeia e assimilados; factor de propaganda para o exterior, dirigida aos aliados tradicionais, para que continuassem a investir em Portugal quer política quer economicamente; factor de desmoralização do inimigo, os movimentos de libertação e os seus apoiantes, fossem os países vizinhos ou os do bloco de Leste.

A ligação para a vida e para a morte entre Portugal e as suas colónias que veio a caracterizar os últimos anos do regime e da guerra e que serviu, por exemplo, para justificar a recusa de Marcelo Caetano em autorizar as negociações que Spínola pretendia levar a cabo para chegar a um entendimento com Amílcar Cabral, foi, aliás, muito controversa desde os primórdios do Estado Novo. O Acto Colonial era um documento separado e subordinado da Constituição de 1933 e, apesar do aditamento do Título VII - Do Ultramar Português -, feito em 1951 para integrar o Acto Colonial, tudo se manteve como se continuassem a existir dois diplomas constitucionais distintos, já que o objectivo desta alteração foi o de preparar a resposta à ONU relativamente à administração de territórios não-autónomos. A revisão constitucional de 1971 e a nova Lei Orgânica do Ultramar de 1972, apesar do apregoado reforço da autonomia político-administrativa que concedia às Províncias Ultramarinas, mantinha nas mãos do Governo central o poder de celebrar contratos internacionais e de recolher os seus frutos, casos da concessão de zonas de exploração mineira, de utilização de recursos hídricos ou de recrutamento de mão-de-obra em que os pagamentos eram feitos à metrópole. O desequilíbrio de contas entre a metrópole e as províncias ultramarinas foi tão claro e evidente que deu origem ao fenómeno dos "atrasados" (falta de meios de pagamento das colónias para bens e serviços fornecidos pela metrópole) e à falência da "Zona do Escudo", que tinha sido criada em 1961.

Em África, nas colónias ou nas províncias ultramarinas, eram os interesses metropolitanos que estavam em jogo e foi por isso que o esforço de guerra recaiu quase em exclusivo sobre a população metropolitana, que forneceu a maioria dos combatentes, que sofreu o recrutamento obrigatório dos seus jovens, a maioria dos mortos e feridos, a emigração, e o subdesenvolvimento para pagar o esforço de guerra. Mais, a guerra colonial portuguesa foi um assunto metropolitano elevado a um nível de importância que o distingue das guerras que ocorreram com as outras potências europeias, excepto talvez com os franceses na Argélia. É que a posse e a manutenção das colónias portuguesas significava a sobrevivência do regime, a sobrevivência política dos seus dirigentes e dos interesses que eles representavam. O regime, para sobreviver, associou a sua sobrevivência à sobrevivência de Portugal e são exemplos desta associação as frases de propaganda que garantiam que Portugal não era um país pequeno, que Portugal era uma nação africana, que não poderíamos ser Portugal sem África.

A política e a condução da guerra

Um dos aspectos mais surpreendentes que resultam da análise das causas da guerra em que Portugal esteve envolvido em África de 1961 a 1974, e do modo como o regime a conduziu, é a sucessão de contradições entre os princípios apregoados como fundadores e as práticas que ao longo dos anos assumiu. Essa ausência de princípios terá sido, contudo, um dos factores que justificam a longevidade do regime e a insólita duração da guerra.

O regime, construído à imagem de Salazar, era rural, antidesenvolvimentista, fechado, a-histórico, no sentido em que considerava Portugal fora da História comum dos outros povos e nações, um regime "beatificável", no dizer de Adriano Moreira, em que a fé na protecção divina substituíra a racionalidade, o planeamento e a avaliação das decisões, um regime que se vangloriava da imunidade perante os "ventos da História", orgulhosamente só, um paladino dos melhores valores da civilização ocidental e cristã.

O processo histórico que conduziu Portugal à guerra colonial estilhaçou todas as possíveis conveniências e coerências em que Salazar assentou o seu pensamento e a sua acção durante o longo consulado, mas revelou que o seu arcaísmo era, no mínimo, um eficaz retardador de conflitos. Ao subdesenvolvimento e isolamento de Portugal, à sua sociedade rural, correspondiam colónias pouco povoadas, com interiores desertos, de fraca actividade económica fora das concessões das grandes companhias, o que evitava contactos e grandes conflitos entre os europeus e os povos locais que viviam maioritariamente na ausência de conhecimento dos Portugueses, segundo as suas leis. As colónias adormecidas não necessitavam de quadros locais e, por isso, era muito baixo o número de estudantes universitários africanos. Como Portugal não tinha entrado na II Guerra Mundial, as populações africanas não foram envolvidas nos grandes movimentos políticos e militares dela decorrentes, como aconteceu nas colónias francesas e inglesas. A conjugação destes factores explica porque foram as colónias portuguesas as últimas onde surgiram reivindicações de movimentos independentistas, explica as suas dificuldades de organização e de desenvolvimento, a moderação inicial de todos eles e as tentativas dos seus líderes em encontrarem soluções negociadas. Com excepção da UPA/FNLA, que era um grupo de base étnica dirigido por um chefe

tribal, Holden Roberto, e que agiu como um grupo estrangeiro, os outros três movimentos que protagonizaram as aspirações independentistas, o PAIGC na Guiné e Cabo Verde, o MPLA em Angola e a FRELIMO em Moçambique, são inicialmente moderados, não alinhados com o bloco Leste, de modo algum antiocidentais. É o caso de Amílcar Cabral, de Eduardo Mondlane e até mesmo de Agostinho Neto, que, embora tenha sido membro do Partido Comunista Português, tentou estabelecer e manter ligações com os EUA e preservava os laços sentimentais e políticos com a sociedade portuguesa.

Uma guerra longínqua e de baixa intensidade

Os primeiros anos da guerra, que podem ser balizados, por razões metodológicas, até 1968 (ano da substituição de Salazar por Marcelo Caetano), foram ultrapassados sem grandes problemas pelo Governo e pelas Forças Armadas. Isto apesar de, quer o PAIGC quer a FRELIMO terem progredido rapidamente na sua capacidade militar a partir do desencadear das acções armadas, em 1963 e 1964, respectivamente, com o aumento de efectivos, a melhoria do armamento, do treino e do enquadramento das suas forças; e de, no caso de Angola, a FNLA se dedicar mais a atacar o MPLA do que as forças portuguesas no norte, sem deixarem ambos de causar baixas.

Em Angola, a guerra estava confinada ao Norte e controlada e em Moçambique o conflito mantinha-se nos dois distritos da fronteira norte, no Niassa e em Cabo Delgado, sem ameaçar a linha de Nampula, onde se desenvolviam já actividades económicas importantes. Na Guiné, o PAIGC criava sérias dificuldades aos militares portugueses a Sul, no Cantanhez e a Norte, no Morés, que se transformavam em "zonas libertadas" onde as tropas portuguesas só iam esporadicamente. Apesar disso, havia sinais de esperança, dados pela construção de infra-estruturas que iriam melhorar a mobilidade das unidades portuguesas. Na luta pela conquista da população, os Fulas, islamizados e o maior grupo étnico, continuavam maioritariamente do lado português. Finalmente, a substituição de Shultz por Spínola como governador e comandante-chefe trazia alguma nova confiança.

Em Angola e Moçambique, as populações de origem europeia estavam agora mais dedicadas às suas actividades e menos interessadas

na guerra e os seus cinzentos Governadores-gerais, mais Costa Almeida em Moçambique do que Rebocho Vaz em Angola, longe das iniciais tentações autonomistas de Sarmento Rodrigues e de Venâncio Deslandes. Eles cumpriam os seus papéis como funcionários dependentes do Ministério do Ultramar, agora dirigido por Silva Cunha, um centralista. Na Guiné, na realidade uma antiga feitoria da CUF, o problema das populações brancas e da sua autonomia não se colocava. Na metrópole, reinava um clima pesado de silêncio sobre a guerra, em que as emocionantes partidas dos contingentes mobilizados nos navios que largavam dos cais de Alcântara e da Rocha do Conde de Óbidos, em Lisboa, iam paulatinamente sendo substituídas pelas cerimónias de exaltação patriótica do 10 de Junho, com as condecorações aos "heróis do ultramar". As dores da guerra mantinham-se como assunto íntimo, no interior das famílias que recebiam os aerogramas com as saudades dos mobilizados e os telegramas a anunciar a morte. A censura, o controlo ideológico, a PIDE, mantinham a guerra numa redoma velada e a população aparentemente anestesiada.

1968, o ano de viragem

O ano de 1968, com a substituição de Salazar por Marcelo Caetano, concentrou um conjunto de factos e acontecimentos que marcaram uma viragem significativa na situação política portuguesa e na guerra, que passou de doença crónica e benigna, a que o corpo já se acostumara, a infecção generalizada que exigia intervenção decisiva. Esta intervenção decisiva irá conduzir a resultados muito díspares nos três teatros onde irão chegar os generais que neles deixarão as marcas mais impressivas até ao 25 de Abril.

Tal como os seus antecessores, Spínola, Káulza de Arriaga e Costa Gomes receberam do Governo uma carta de comando que lhes dava indicações gerais de manter a ordem e a soberania de Portugal nos territórios. Às Forças Armadas portuguesas, através dos seus Comandantes, nunca foram atribuídos objectivos definidos no tempo e no espaço. Mais, o governo nunca caracterizou a situação nos teatros de operações como "estado de guerra". Daqui decorria que nem os militares portugueses, nem os combatentes dos movimentos de libertação tinham o estatuto de beligerantes. Estes últimos, aliás, não tinham qualquer

estatuto, em muitos casos nem mesmo o de pessoa humana. Eram considerados terroristas, podiam ser mortos, torturados, usados sem que deles ficasse qualquer registo.

Cada um dos três generais que são historicamente nucleares na guerra colonial interpretou inicialmente a sua missão de acordo com a sua personalidade, mas dentro dos limites estabelecidos pelo regime, que classificou as (por vezes radicais) diferenças de conceitos de Spínola, de Costa Gomes e de Kaúlza como interpretações pessoais dos mesmos princípios. A ruptura entre os generais e o regime ocorreu quando verificaram que os conceitos de cada um, independentemente da sua razoabilidade e viabilidade, conduziam ao mesmo impasse político.

Na Guiné, Spínola introduziu o seu conceito, que era, afinal, o levar às últimas consequências os princípios expressos na doutrina militar portuguesa estabelecidos no manual *O Exército na Guerra Subversiva*, no sentido de orientar o esforço principal para a conquista das populações, de dar prioridade à política sobre a acção militar directa. Do ponto de vista político-administrativo, Spínola desenvolveu um ambicioso programa de infra-estruturas e de serviços às populações com a construção de vias de comunicação, de escolas e hospitais, de centros comunais. Articulou a chamada "manobra das populações" com a manobra militar, sobrepondo aquela a esta, o que conduziu à política de "reordenamentos", tendo o cuidado de não só assegurar efectivas melhorias nas condições de vida das populações, mas dialogando com elas para obter a sua aceitação e a sua colaboração e evitar assim a rejeição que ocorreu nos aldeamentos forçados em Angola e, principalmente em Moçambique, na zona de Tete. Outro elemento caracterizador da acção de Spínola, inserido na manobra das populações, foi a organização dos Congressos do Povo, formas de participação e de democracia directa que se contrapunham ao aliciamento do PAIGC para as suas forças e para as suas "zonas libertadas". Na manobra militar, Spínola optou, contra as teorias militares mais convencionais, por trocar terreno por população. Para Spínola, o terreno não era o meio, o meio eram as populações. Quanto às forças, Spínola tentou, também ao contrário dos generais convencionais, atribuir a linha da frente dos combates às tropas locais, criando a "Força Africana", que incluía as milícias, as tropas regulares de recrutamento local e os Comandos e os Fuzileiros Africanos, que seriam comandados por quadros seus. Às tropas metropolitanas seriam atribuídas as missões de reserva e as de maior tecnicidade. Era, claramente, um embrião de

Forças Armadas de uma Guiné independente (embora no universo português) que ele pretendia criar. Foi esta manobra política que Marcelo Caetano impediu de prosseguir em 1972, quando Spínola lhe apresentou o resultado da conferência com Leopold Senghor em Cap Skirring, no Senegal, visando um acordo com o PAIGC de Amílcar Cabral. O regime preferia a continuação da guerra, como princípio político.

Em Angola, o ano de 1968 introduz o factor novo da abertura da frente Leste. A independência da Zâmbia e a subida ao poder de Kenneth Kaunda permitiram ao MPLA superar as vicissitudes que sofria no Congo-Leopoldville, onde se confrontava com Mobutu, apoiante de Holden Roberto, e no norte de Angola, onde era atacado pela FNLA, deixando de estar confinado à acção militar em Cabinda. O MPLA ganhava condições para justificar o apoio da OUA, por sua vez dominada pela URSS, como o único movimento representativo do povo angolano. Um facto da maior importância para o futuro.

A abertura da Frente Leste pelo MPLA constituiu um facto marcante na guerra, quer para as forças portuguesas quer para os movimentos independentistas. A deslocação do centro de actividades do MPLA para a Zâmbia e para o Leste obrigou a FNLA instalar-se no sudoeste do Congo e a dispersar ainda mais as suas forças, que nunca foram particularmente combativas, e esteve na base da actuação da UNITA, que surgiu inicialmente como um grupo sem importância, de base étnica (Ovimbundos), constituído à volta de Savimbi, um dissidente da FNLA, sem definição ideológica, depois de o seu líder ter sido pró-americano, pró-soviético e pró-chinês. À abertura da Frente Leste pelo MPLA dará Costa Gomes, o novo general Comandante-chefe de Angola, depois da experiência de comando militar (Exército) em Moçambique, uma resposta político-militar que originará um actor central neste novo teatro de operações: a Zona Militar Leste (ZML), responsável pela administração civil e militar de mais de metade do território de Angola. A ZML, com a sua estrutura de comando, com os conceitos que desenvolveu, com as alianças que estabeleceu com os vários intervenientes internos e externos (Governo-geral e Governos provinciais, DGS e militares sul-africanos) marcará o desenrolar da guerra em Angola e influenciará a situação em Moçambique.

Em Moçambique, a chegada de Kaúlza de Arriaga para substituir Augusto dos Santos alterou radicalmente o conceito de manobra que até aí vinha sendo seguido de confinar a guerra às regiões mais afastadas,

junto à fronteira norte com a Tanzânia, de evitar o seu alastramento, colocando forças de contenção nas linhas de infiltração, de procurar manter o nível de violência o mais baixo possível, de estabelecer as melhores relações com as autoridades civis, com a comunidade de origem europeia, de interferir o mínimo com as populações locais. Pelo contrário, Kaúlza de Arriaga declarou ter como objectivo vencer a FRELIMO, o que significava destruir as suas forças e ocupar o terreno onde exercia a sua influência. Kaúlza elegeu como objectivo a zona mais forte do inimigo e decidiu atacá-lo frontalmente através de uma grande operação, que será a "Nó Górdio", para a qual reuniu mais de 8000 homens, esgotando os meios de combate e de apoio de que dispunha para conseguir uma vitória inalcançável.

Os anos do fim

A nomeação de Kaúlza de Arriaga para Comandante-chefe de Moçambique e a sua actuação durante três anos, até lhe ser dada por finda a sua comissão, são esclarecedoras das relações entre o regime, agora sob a direcção de Marcelo Caetano, a hierarquia militar e a guerra. Mais do que procurar soluções, ou mesmo um caminho para o problema colonial, Marcelo Caetano procurou nos anos do seu governo gerir situações de forma casuística. A sua escolha dos generais não parece obedecer a qualquer linha de actuação coerente.

Kaúlza de Arriaga era um oficial de engenharia com uma carreira feita nos corredores da política. Fora ajudante de campo e chefe de gabinete de Santos Costa (o Ministro da Defesa dos governos de Salazar, que lhe garantiu a fidelidade das Forças Armadas), Sub-secretário e Secretário de Estado da Aeronáutica, criador dos pára-quedistas, professor de Estratégia e defensor da supremacia da raça branca, presidente da Junta de Engenharia Nuclear. O exercício de altas funções militares num teatro de operações pareceu-lhe o melhor caminho para justificar as suas evidentes ambições políticas. Nunca tinha comandado unidades em teatro de guerra, nunca tinha feito uma comissão em África, mas, por motivos que têm a ver com a gestão de personalidades entre as facções do regime, foi nomeado Comandante-chefe das Forças Armadas em Moçambique para substituir Augusto dos Santos, um general de baixo perfil, experiente e competente, que desejava permanecer naquele comando. Kaúlza tinha

a sua tática para Moçambique já estabelecida antes de ser nomeado e essa passava por uma vitória obtida pela força militar e representava uma inversão de 180° da do seu antecessor. A adaptação da sua tática a Moçambique assentava numa manobra militar para vencer a FRELIMO onde ela se revelava mais forte: em Cabo Delgado, no norte. Para tal, desencadeia a grande operação "Nó Górdio". Aparentemente, o Governo de Marcelo Caetano tinha outra prioridade, dirigida para a defesa da construção da barragem de Cahora Bassa, a grande obra do regime, que deveria ser levantada custasse o que custasse, se possível com o mínimo de problemas. Para assegurar este objectivo, Marcelo Caetano enviou para Moçambique, como Governador-geral, o antigo Ministro das Obras Públicas, Arantes e Oliveira, entusiasta da barragem, também ele antigo oficial de engenharia e que tinha más relações pessoais com Kaúlza. O objectivo de Kaúlza era destruir as forças da FRELIMO no Norte, em Cabo Delgado, o objectivo do Governo de Lisboa e de Arantes e Oliveira era garantir a construção em segurança da barragem de Cahora Bassa, em Tete. Os dois objectivos eram incompatíveis e situavam-se a 800 quilómetros de distância!

Garantir a segurança da construção da barragem era, antes de tudo, um problema de articulação dos poderes político, administrativo e militar. Uma situação clássica de contra-subversão na fase de aliciamento de populações que, no caso de Tete, exigia controlá-las para as resguardar da influência da FRELIMO (que começara a introduzir elementos seus, a partir do fim de 1967) e deslocar grande número de habitantes da área a inundar pela albufeira para outras zonas. Quer o controlo das populações locais quer o seu deslocamento deveriam ser conseguidos sem provocar a sua hostilidade. Este trabalho implicava grande cooperação entre militares e autoridades civis, mas só foi desenvolvido a partir de meados de 1970 e sob pressão dos acontecimentos, pois a FRELIMO já passara da fase de aliciamento para a fase de acções violentas. Os conflitos entre autoridades civis e militares devido à inexistência de uma clara atribuição de autoridade ainda pioraram a resposta. As más relações entre o Governador-geral e o Comandante-chefe não possibilitaram que a Zona Operacional de Tete, ZOT, embora criada à semelhança da ZML de Angola, ficasse sob comando militar, a implantação dos aldeamentos e do sistema de controlo de populações criou fortíssimas resistências entre as populações locais, que as levaram à fuga, às tentativas de retorno aos locais de origem, ao ressentimento contra as autoridades e a conflitos

entre militares e civis que tinham conceitos diferentes para a manobra das populações.

Outro dos factores decisivos num processo de contra-subversão, o conhecimento da situação baseado em boas informações, também sofreu com as más relações entre a PIDE/DGS e os militares, o que se traduziu na dificuldade em prever as manobras do adversário e em antecipar acções por parte das forças militares. Para agravar a situação, também se deterioraram continuamente as relações entre as forças sob o comando de Kaúlza de Arriaga e sectores importantes da sociedade, a começar pela influente Igreja Católica com a sua rede de missões com religiosos portugueses e estrangeiros, mais abertos aos novos tempos do ecumenismo e do Concílio Vaticano II do que ao colonialismo português e à violência da guerra. A contestação da Igreja foi seguida pela dos colonos da região entre Tete e a Beira, que viam as suas vidas e bens ameaçados à medida que a acção da guerrilha progredia.

Em resumo, a resposta de Kaúlza de Arriaga a uma situação que piorava continuamente foi:

- a multiplicação de estruturas de comando militar para tarefas específicas - COFI (Comando Operacional das Forças de Intervenção); CODCB (Comando Operacional da Defesa de Cabora Bassa); Comando das Cargas Críticas, Comando dos GE, que se sobrepueram aos tradicionais Comandos de Sector;
- o aumento de efectivos através do reforço de unidades que foram retiradas de outros sectores, caso do Niassa;
- a criação de novas unidades recorrendo ao recrutamento local;
- a exigência feita à metrópole de mais meios de combate impossíveis de obter, caso de minas, aviões de combate, navios.

Em Angola, Costa Gomes, perante uma situação do mesmo tipo, manteve um excelente relacionamento com o Governador-geral Rebocho Vaz e com o Director da DGS, São José Lopes, o que permitiu criar a Zona Militar Leste concentrando sob a autoridade de um general de grande prestígio, Bettencourt Rodrigues, os poderes militar e civil e coordenar as acções dos vários intervenientes. Isso permitiu estabilizar uma zona que, embora com menor presença de populações europeias que a de Tete/Beira, incluía grandes interesses económicos, com a Diamang nas Lundas e as minas de Cassinga a sul. Essa estabilização, embora feita à custa de mais de metade dos efectivos de Angola e do aldeamento forçado de cerca de 80% da população local, foi posta em causa por

uma outra nomeação típica do regime, quando foi indicado o general Hipólito para substituir Bettencourt Rodrigues, o qual, de forma ainda hoje incompreensível, alterou radicalmente a política que este seguira de aliança com a UNITA e de tentativa de controlo de populações que estava a dar bons resultados.

Na Guiné, a ausência de uma linha política para fazer face à situação de guerra manifestou-se nas sucessivas recusas de admitir contactos com o PAIGC com vista a encontrar uma solução política que Spínola ensaiou, na desconfiança da facção mais ortodoxa do regime (que alastrou a Marcelo Caetano) relativamente à política tendencialmente autônoma de Spínola (traduzida no slogan "Uma Guiné para os guinéus"), e na ausência de preocupação com o facto de a situação militar caminhar para o desastre (nomeadamente após a introdução dos mísseis antiaéreos), o que teve o seu ponto decisivo com a afirmação de Marcelo Caetano de que preferia uma derrota a negociar com terroristas.

Razões e conclusões

A situação de Portugal como potência colonial não era sustentável no tempo histórico do movimento descolonizador e, por isso, a guerra colonial não poderia ter outro objectivo que o de ganhar tempo para encontrar uma solução política. É neste quadro, em que as Forças Armadas não podem fazer mais do que ganhar tempo, que deve ser analisada a sua actuação durante os anos da guerra.

A acção das Forças Armadas portuguesas na guerra colonial constitui um exemplo do modo como o regime português, em especial na sua fase final, enfrentou os grandes problemas - uma situação cuja ocorrência é previsível e cujo fim está determinado, mas ao qual se vai resistindo, esbanjando energias em nome de um anacronismo, à espera do milagre que altere a realidade. É um facto que as Forças Armadas se prepararam, pelo menos desde 1959, para enfrentar a contestação à situação colonial, mas esta antecipação não só não foi utilizada pelo poder político como este veio a impor a sua visão de um prolongamento indefinido da guerra, considerando que um problema essencialmente político se poderia resolver com uma acção essencialmente militar.

As bases de partida da preparação militar inicial foram as reestruturações do aparelho militar, com a criação de Regiões Militares/

/Comandos Territoriais, Comandos Navais e Regiões Aéreas/ Comandos de Zona nos territorios ultramarinos, com a criação de unidades para a guerra de contra-guerrilha (caso do Centro de Operações Especiais de Lamego e da adaptação das unidades de infantaria a unidades de caçadores, batalhões e companhias, que passaram a ser as unidades-base da guerra) e, principalmente, com a elaboração de doutrina de actuação no novo cenário através da publicação do manual *O Exército na Guerra Subversiva*. Porém, a tradução prática destas medidas legais foi pouco sentida no terreno. As novas regiões e zonas mantiveram os mesmos efectivos. Angola recebeu como reforço quatro companhias de caçadores especiais e alguns órgãos de apoio, o que elevou os efectivos locais de 5000 para 6500 homens no início da guerra, em Março de 1961. As companhias de caçadores especiais serão a face visível das alterações na estrutura operacional. Não tinham sido organizados os batalhões de caçadores que substituiriam os batalhões de infantaria, nem as companhias de caçadores. No campo da logística, não havia sido introduzida a arma automática, nem o fato camuflado, nem existiam equipamentos de transmissões adequados. Na Força Aérea, não haviam sido adquiridos aviões de transporte tático, nem de reconhecimento, nem helicópteros, nem caças-bombardeiros. A Marinha iria criar os fuzileiros, que só entrariam em operações no final de 1961. Não existiam lanchas de desembarque. Estes são apenas alguns exemplos de umas Forças Armadas que o regime de Salazar não queria preparadas para combater, de tal modo que não tinham legislação prevista para feridos e mortos em combate.

A partir do desencadear da guerra, as Forças Armadas e especialmente o Exército, sobre quem recaiu o principal esforço, vão rapidamente adaptar-se e responder às situações, improvisando soluções à medida que surgiam as necessidades. A ideia de que a guerra seria curta, ou que, pelo menos, não estava previsto que fosse longa, pode ser confirmada pelo facto de a numeração das unidades do Exército mobilizadas ser feito em sequência corrente, o que levaria a números da ordem dos vários dígitos, no caso do seu prolongamento.

Na ausência de um efectivo Estado-Maior General que unificasse procedimentos e assegurasse a unidade de comando e de doutrina, a guerra era conduzida por cada um dos ramos (Exército, Marinha e Força Aérea) e só bastante tarde se implantou nos teatros o conceito de Comando-chefe com real autoridade sobre as forças de terra, mar e ar.

Na metrópole, o Ministério da Defesa estava integrado na Presidência do Conselho de Ministros e a sua principal função era gerir os orçamentos. A preparação para a guerra estava centrada nos Ministérios e nos Estados-Maiores dos três ramos.

Esta situação, surpreendentemente, permitiu apoiar com razoável eficácia durante treze anos as tropas mobilizadas, cujos efectivos chegaram à ordem dos 170.000 homens em operações, pelo que não é neste campo que devem ser procuradas as razões para o colapso militar que ocorreu em Abril de 1974. Essas razões assentam em primeiro e último lugar nas questões de pessoal e, entre estas, nas questões do esgotamento dos quadros do Exército. As razões para o fim da situação colonial de Portugal são conhecidas - ela era historicamente insustentável e, por isso, o resultado era inevitável.

Quanto ao comportamento das Forças Armadas restam duas questões para as quais a resposta aponta na direcção da má gestão do pessoal.

As Forças Armadas superaram as situações operacionais, enquanto a guerra se manteve num nível de violência compatível com as características e limitações de um Exército de grandes efectivos, de soldados rústicos, maioritariamente camponeses, com baixo nível de tecnologia, fracamente instruído, com um comando de tipo afectivo e que resistia às condições de vida adversas, mas incapaz de enfrentar o aumento de intensidade do combate introduzido pelos movimentos de libertação na Guiné e em Moçambique nos últimos anos de guerra.

A degradação da situação das Forças Armadas deveu-se ainda à degradação da qualidade dos quadros, em primeiro lugar dos quadros permanentes, que, mal administrados, foram esgotados em comissões sucessivas para além da sua capacidade de regeneração e que deixaram de estar disponíveis, quer para comandar unidades, quer para ministrar instrução aos quadros de complemento. Nos últimos anos de guerra, a situação mais comum era a de uma companhia de caçadores - a unidade de combate fundamental - ser comandada por um capitão miliciano, formado a partir de um alferes miliciano após uma curta e, muitas vezes, mal ministrada instrução, dada muitas vezes por quadros milicianos, em que os quadros subalternos tinham sido instruídos inicialmente como sargentos milicianos e posteriormente graduados e em que os sargentos milicianos eram os últimos dos seus cursos ou praças repescadas.

Era este exército de efectivos impreparados e desmotivados que os quadros permanentes tinham para comandar numa guerra que sabiam

não ser possível vencer. Como o Governo não apresentava nenhuma saída para a guerra a não ser a sua continuação, foi suficiente a perda da supremacia aérea na Guiné e os ataques do PAIGC às guarnições de fronteira no norte (Guidage) e no sul (Guileje/ Gadamael) para lhes surgir o fantasma da derrota e da ignomínia da Índia. Em Moçambique, a hostilidade dos colonos da região de Tete / Beira contra as forças armadas, que acusavam de incapazes de as defender, os escândalos resultantes dos massacres cometidos por elementos das Forças Armadas, a contínua degradação da situação política e militar, levaram os quadros militares de Moçambique a confrontarem-se com os limites da sua actuação.

A revolta das Forças Armadas contra o Governo que ocorreu em 25 de Abril de 1974 tem como razão de fundo um antagonismo sem qualquer possibilidade de compromisso, de um lado o regime que unira o seu destino à manutenção da política colonial, com o Estado Unitário transformado em dogma e para quem a eternização da guerra era a única possibilidade de sobrevivência, do outro umas Forças Armadas cujos quadros sabiam não ser possível ganhar uma guerra subversiva com a acção militar e que, por aumento progressivo das capacidades de combate dos seus opositores e da degradação das suas tropas, sentiam que estavam a perdê-la, arriscando-se a arcar com o opróbrio dessa derrota, como acontecera na Índia, um fantasma sempre presente a envenenar as relações entre o Governo e os militares.

O regime e os seus dirigentes não conseguiram fazer uma análise da situação que lhes permitisse preparar as Forças Armadas e o país para a guerra prolongada que se avizinhava, por isso desgastaram para além das suas possibilidades de regeneração os quadros intermédios, decisivos para o comando das unidades de combate e para a instrução das tropas. Com o prolongamento da guerra, acompanhando o cansaço da população metropolitana, este desgaste progressivo dos quadros militares traduziu-se numa diminuição acentuada na eficiência para o combate das tropas portuguesas, cada vez menos preparadas e pior comandadas enquanto, do lado oposto, se assistia ao progressivo aumento de capacidades de combate dos guerrilheiros, com unidades mais instruídas, melhor comandadas e utilizando armas mais potentes e sofisticadas até chegarem ao míssil antiaéreo, sendo já admitida a utilização de viaturas blindadas e de aviões, na Guiné.

Em resumo, o regime e as suas Forças Armadas atingiram, em 25 de Abril de 1974, o ponto de ruptura porque os militares sabiam que,

na guerra subversiva, não há vitórias militares, mas há derrotas políticas atribuíveis aos militares.